
A relação rural-urbano e o abastecimento alimentar: da dicotomia à indissociabilidade

The rural-urban relationship and food supply: from dichotomy to indissociability

Valmir José de Oliveira Valério

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil.

valmir.valerio@unesp.br

Resumo

O abastecimento alimentar se realiza na conjunção de formas diferenciadas do espaço, nas quais rural e urbano expressam distintas possibilidades de relação. A especificidade de tais relações pode ser identificada por meio do caráter predominante nas políticas e ações que as definem, setorial ou territorial. Essa definição é de grande importância para analisar os interesses subentendidos à produção e distribuição de alimentos em um determinado espaço e tempo, pois demarca a relação espacial estabelecida como hegemônica. Nesse contexto, este artigo tem por objetivo refletir acerca da relação entre as dinâmicas rural e urbana na consolidação do abastecimento alimentar, tendo em vista as abordagens setorial e territorial. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto, com destaque para as abordagens setorial e territorial, a relação rural-urbano e os conceitos de segurança e soberania alimentar. Enquanto o enfoque setorial separa o rural do urbano, impondo o atravessador como passagem obrigatória para o encontro entre produtores e consumidores, a abordagem territorial permite pensar uma relação contraditória e integrada, na qual se destacam propostas alternativas de produção e distribuição local e regional de alimentos.

Palavras-chave: Dinâmicas espaciais. Abordagem setorial. Abordagem territorial. Segurança alimentar. Soberania alimentar.

Abstract

The food supply takes place in the conjunction of different forms of the space, in which rural and urban express different possibilities of relationship. The specificity of such relationships can be identified through the predominant character in the policies and actions that define them, sectoral or territorial. This definition is of great importance to analyze the interests underlying the production and distribution of food in a given space and time, as it demarcates the spatial relationship established as hegemonic. In this context, this article aims to reflect on the relationship between rural and urban dynamics in the consolidation of food supply, in view of the sectoral and territorial approaches. For this, a bibliographic review was carried out on the subject, highlighting the sectoral and territorial approaches, the rural-urban relationship and the concepts of food security and sovereignty. While the sectorial approach separates the rural from the urban,

imposing the middleman as an obligatory passage for the meeting between producers and consumers, the territorial approach allows us to think of a contradictory and integrated relationship, in which they stand out alternative proposals of the production and distribution local and regional of food.

Keywords: Spatial dynamics. Sectoral approach. Territorial approach. Food security. Food sovereignty.

Introdução

Na atualidade, a produção e a distribuição de alimentos respondem aos interesses do capital nas suas mais variadas expressões, tanto a montante, com a imposição de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial, quanto a jusante, quando os preços controlados pela atuação dos setores intermediários (atravessadores ligados sobretudo ao capital comercial e industrial) prejudicam tanto os produtores no campo quanto os consumidores nas cidades (ESTEVE, 2017; OLIVEIRA, 2010; VANDER PLOEG, 2008).

É importante lembrar que o abastecimento alimentar pressupõe o encontro entre formas diferenciadas do espaço, nas quais campo e cidade interagem de maneira permanente. Esse encontro ocorre, no entanto, segundo distintas formatações, com a participação de mais ou menos sujeitos (*atravessadores*), com conteúdos mais ou menos alargados em termos de movimento dos alimentos no espaço (transporte, manipulação, armazenagem, etc.) e, em consequência, de deterioração/desperdício, preços e, por conseguinte, de acesso das pessoas aos alimentos, com especial gravidade para as famílias de menor poder aquisitivo (VALÉRIO, 2019).

Ao refletir sobre o desenvolvimento rural e as implicações subentendidas à compreensão dicotômica da relação rural-urbano, Oliveira (2002) faz menção à tendência que relaciona o rural a apenas um setor específico, a agricultura, *em oposição ao urbano*, associado predominantemente à indústria, comércio e serviços. Com isso, o autor enfatiza a compreensão oposta e dicotômica que o viés setorial de desenvolvimento projeta para a relação entre estas diferentes dinâmicas de produção do espaço.

Com efeito, o rural constitui uma categoria cuja apreensão (e compreensão) extrapola os limites da abordagem *setorial*, o que pressupõe um enfoque capaz de ir além do entendimento do rural unicamente como oposto ao urbano. Tal concepção

encontra respaldo na abordagem *territorial*, de acordo com a qual a prioridade está na promoção das economias locais e regionais, com o foco na diversificação das atividades e não mais na economia de escala (OLIVEIRA, 2002).

Se para o autor a diversificação está relacionada principalmente com a introdução de atividades não agrícolas no espaço rural, para nós essa diversificação pode também contemplar a dimensão das escalas de produção e comercialização, de maneira a evitar a atuação dos atravessadores e aproximar produtores e consumidores. Isso porque, se o rural é mais que o agrícola, isso significa que, não obstante a adoção de atividades não agrícolas, a agricultura permanece e se afirma ainda mais sob a perspectiva territorial. É nesse sentido que propomos pensar o rompimento com a abordagem setorial (em que o urbano é oposto ao rural) na construção de propostas de desenvolvimento local/regional lastreadas na produção e abastecimento alimentar.

Por sua vez, considerar a produção e distribuição de alimentos à luz desses enfoques (setorial e territorial) enseja pensar os seus significados nas diversas escalas (local, regional, nacional, etc.). No âmbito dos interesses por detrás da produção e distribuição de alimentos, os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar expressam propostas dotadas de conteúdos específicos, tanto no que se refere às escalas de realização e ao direcionamento dos interesses, quanto ao foco da abordagem.

Consequentemente, ao separar cidade e campo a abordagem (e concepção) setorial afirma a existência do atravessador que, estrategicamente localizado entre os extremos da alimentação (produção e consumo), *atravessa* o caminho entre produtores e consumidores e, com isso, consolida a separação que permite o controle dos fluxos entre ambos (VALÉRIO, 2019). Esta formatação está sintonizada aos conteúdos e significados subentendidos a proposta da *segurança* alimentar, sistema de produção e abastecimento alimentar hegemônico na atualidade.

O conceito de segurança alimentar surgiu na Europa do início do século XX, definido a partir da capacidade de cada país em produzir a sua própria alimentação, no contexto da percepção de que “um país poderia dominar outro, se tivesse o controle sobre seu fornecimento de alimentos” (MENEZES, 1998, não paginado). De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), a segurança alimentar diz respeito ao *atendimento quantitativo* das necessidades nutricionais de uma dada população ou país.

Tal intento seria realizado por meio do *acesso físico* e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2020).

Consequentemente, os debates em torno da produção e abastecimento alimentar estiveram, até meados da década de 1970, quase que estritamente vinculados à capacidade de produção agrícola de cada país, o que favoreceu a consolidação tanto do discurso quanto das práticas compreendidas à revolução verde. Tal discurso associava o combate ao flagelo da fome ao simples aumento quantitativo da produção agrícola global, passível de ser assegurado por meio da intensa utilização de máquinas e insumos sintéticos, principalmente fertilizantes e agrotóxicos.

Longe de trazer solução para os problemas relacionados à fome e a desnutrição no mundo, o conceito de segurança alimentar tem alimentado, na verdade, a intensidade de circulação das mercadorias. Isso porque, uma vez convertida em mercadoria, a alimentação das pessoas perde o caráter de centralidade contido na produção e distribuição de alimentos, o que favorece a reprodução e ampliação permanente do mercado e do capital, pelo fato da sua realização estar diretamente condicionada à circulação das mercadorias (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

O fulcro da questão está no fato de que, enquanto referência para a produção e distribuição de alimentos, a segurança alimentar se define a partir da separação entre os extremos da alimentação (produção e consumo), opondo de maneira dicotômica as dinâmicas rural e urbana e, assim, afirmando o viés setorial como hegemônico.

Nesse contexto, *os sujeitos locais não detêm o controle sobre os fluxos alimentares*, de maneira que a alimentação das pessoas depende de escolhas realizadas por sujeitos cujas prioridades remontam à lógica da especulação e do lucro e não na qualidade e acessibilidade da alimentação resultante (VALÉRIO, 2019).

Já a abordagem *territorial* permite pensar uma relação contraditória, integrada e complementar entre as dinâmicas rural e urbana. Esse enfoque vem ao encontro das propostas contidas na definição de *soberania* alimentar, de acordo com a qual produção, distribuição e consumo resultam da relação de proximidade e interdependência entre cidade e campo.

Frente à dependência subentendida aos conteúdos apresentados pela proposta da segurança alimentar, diversas organizações camponesas capitaneadas pela Via Campesina contestaram a sua hegemonia, propondo como alternativa o conceito de

soberania alimentar (VIA CAMPESINA, 1996). Assim, o alimento (e a alimentação) passa a ser encarado como um direito humano inalienável e não como uma mercadoria como outra qualquer. Logo, a soberania alimentar implica em que, muito além do simples acesso aos alimentos, a população de cada país tem o direito de produzir e controlar o próprio alimento, pois é isso que lhes assegura a soberania sobre suas próprias vidas (STÉDILE, CARVALHO, 2013).

Entendida como o direito dos povos de produzir de acordo com suas práticas e hábitos culturais, alimentos para o abastecimento local e regional, a soberania alimentar traz na sua esteira a possibilidade de construção de outra lógica, lastreada no controle da produção e distribuição de alimentos pelo campesinato e não pelo capital. Portanto, a soberania alimentar busca articular relações que aproximem os extremos da alimentação: produtores e consumidores, no campo e na cidade.

Nessa concepção, rural e urbano projetam dinâmicas integradas nas quais distintas formas de materialização do espaço se encontram de maneira complementar e contraditória. A soberania alimentar projeta a construção de propostas com enfoque territorial, ou seja, para além da dicotomia rural-urbana compreendida à abordagem setorial.

Por conseguinte, este artigo tem por objetivo refletir acerca da relação entre as dinâmicas rural e urbana na consolidação do abastecimento alimentar, de maneira a avaliar os significados implícitos às abordagens setorial e territorial, considerando os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto, com destaque para as abordagens setorial e territorial, a relação rural-urbano e os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar.

Nesse sentido, apresentamos a seguir o conceito de soberania alimentar, entendido como produto da indissociabilidade rural-urbana, o que permite ir além do enfoque setorial que separa o rural do urbano e contribui para a construção de propostas de desenvolvimento territorial com base na produção e distribuição local/regional alimentos.

Antes disso, expomos também os principais conceitos utilizados, com especial atenção para os conceitos de rural e urbano, campo e cidade e as perspectivas de

desenvolvimento aqui analisadas (setorial e territorial), além de um breve contexto acerca da evolução dos debates sobre a relação entre os espaços rural e urbano.

Rural e urbano; campo e cidade: da dicotomia à indissociabilidade

Enquanto pares dialéticos intrinsecamente relacionados, campo-cidade e rural-urbano expressam, respectivamente, *formas* e *processos* inerentes à produção social do espaço (LEFEBVRE, 2001 [1968]; 1991 [1974]). Enquanto campo e cidade dizem respeito a dispersão e concentração (de pessoas, residências, infraestruturas, etc.), rural e urbano traduzem os atributos constituintes, os conteúdos específicos das práticas sociais. Portanto, ao passo que campo e cidade apontam para as formas concretas que se materializam no espaço, rural e urbano indicam as representações sociais dos sujeitos e instituições, responsáveis pela dinâmica espacial (SOUZA, 2010).

Para Lefebvre (2001 [1968]), a cidade corresponde a uma realidade concreta, presente e imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico. O urbano, por outro lado, representa uma “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas” (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 54). É importante frisar, entretanto, que a sociedade urbana ou o urbano (a morfologia social) não pode existir sem uma base física, uma morfologia material, isto é, a cidade.

Com o par “campo-rural” ocorre a mesma lógica, o campo representa a morfologia material e o rural, por sua vez, a morfologia social. Devido ao predomínio urbano dos centros de poder, o rural tende a ser dominado pelo urbano nos planos político, econômico e cultural. A própria distinção entre o rural e o urbano tende, no limite, a desaparecer por meio do processo de “destruição” da vida agrária e imposição de apenas uma dinâmica social, o que consolidaria um tipo de urbanização total da sociedade. Não obstante, enquanto bases materiais e arquitetônicas distintas, campo e cidade não deixam de existir. O que mudam são as formas e conteúdos, que passam cada vez mais a não expressar a contradição de outrora, com o campo e a cidade imersos em uma mesma lógica, a lógica urbana (LEFEBVRE, 2001 [1968]).

Em um breve histórico das relações entre os espaços rurais e urbanos, Alves (2012) apresenta como referências os estudos realizados sob a influência das principais correntes de pensamento da Geografia brasileira: Clássica, Teorética, Crítica e Cultural. Na perspectiva Clássica (1930 a 1970), de forte influência francesa, os estudos tinham

como foco as análises dos “gêneros de vida (urbanos e rurais), o *habitat*, os sistemas agrícolas, a economia urbana e as infra-estruturas / construções das cidades”, com destaque para a pouca integração dos espaços urbano e rural, nos quais os processos seriam “gerados e desenvolvidos em espaços distintos” (ALVES, 2012, p. 10). Nessa abordagem, a dinâmica espacial da cidade é tratada de maneira separada ou pouco integrada em relação à dinâmica espacial do campo.

Posteriormente, os estudos efetivados pela corrente Teorética de pensamento (1950/1960 até o final da década de 1970) estiveram assentados no “uso contundente de técnicas estatísticas, modelos matemáticos e, essencialmente, uma filosofia neopositivista (lógico-formal)” (ALVES, 2012, p. 12). Em que pesem as limitações de tal perspectiva, principalmente quanto à negligência com as questões sociais, tal como a desigualdade, sob esse enfoque cidade e campo passaram a ser analisados de maneira (*um pouco*) mais integrada, com a ênfase direcionada para questões como o “abastecimento, espaços periurbanos, suburbanos e franjas urbano-rurais (ALVES, 2012, p. 13)”. Por meio da utilização de modelos matemáticos e espaciais, a Geografia teórica enfatizou a distribuição e organização do espaço, sobretudo com “a caracterização e função do campo e cidade” (ALVES, 2012 p. 13).

Já os estudos realizados sob a influência da Geografia Crítica tiveram início a partir do final da década de 1970, com uma clara perspectiva de denúncia contra “os problemas gerados pelo processo histórico de formação do território brasileiro” (ALVES, 2012, p. 14), além de forte aproximação com o pensamento marxista. Desde então, no bojo do processo de modernização da agricultura ocorrido sobretudo a partir da década de 1970, aumentam os estudos acerca de questões como: relações de trabalho, concentração de terras e desenvolvimento desigual no campo (ALVES, 2012).

De acordo com o autor, a década de 1990 inaugura um período em que tanto a Geografia Agrária quanto a Geografia Urbana partem para as análises das *inter-relações dos espaços contínuos*. Nessa perspectiva, os destaques são para questões como a multifuncionalidade dos espaços rurais ou a pluriatividade (turismo rural, *camping*, *pesque e pague*, entre outras), com destaque para os estudos realizados por José Graziano da Silva sobre aquilo que o autor descreve como o “Novo Rural Brasileiro”.

Esses estudos indicaram o crescimento da participação das atividades não relacionadas diretamente com a agricultura na composição da renda dos agricultores e

empresários rurais. No entanto, esses estudos foram alvo de inúmeros questionamentos, pelo fato de que a alegada “renda não agrícola” já era encontrada no orçamento das famílias rurais no período anterior à década de 1990, de modo que não haveria aí nada de efetivamente inovador (ALVES, 2012).

Da mesma forma, ao analisar as relações cidade-campo e a propagada “nova ruralidade”, Vale (2005, p. 16015) afirma não ser possível estudar o espaço rural de maneira separada do espaço urbano, posto que “é cada vez mais difícil delimitar onde termina um e começa o outro”. Isso enseja pensarmos os espaços nos quais coexistem os usos rurais e urbanos, ou seja, os chamados “espaços periurbanos”. Nestes espaços existiria, de acordo com a autora, uma justaposição e coparticipação de três tipos principais de espaço: 1) espaços naturais (áreas recreativas); 2) espaços rurais (práticas agrícolas) e 3) espaços urbanos (bairros periféricos, residências principais e/ou secundárias, instalações turísticas, distritos industriais, infraestruturas urbanas, etc.) (VALE, 2005, p. 16024).

Para a autora, o rural deve ser definido “pela sua relação com a cidade e não pela sua oposição” (VALE, 2005, p. 16017). Por conseguinte, a prioridade *não* está em definir ou delimitar o rural e o urbano, mas na análise do processo histórico responsável por transformar permanentemente esta relação, com forte “grau” de contradição, complementaridade e interdependência. Essa perspectiva está sintonizada aos conteúdos subentendidos à abordagem territorial, que oferece *outras possibilidades* para pensar a relação entre os espaços rural e urbano. É nesse sentido que propomos pensar a produção e o abastecimento alimentar, de maneira a priorizar os sujeitos e escalas locais e regionais, recortes privilegiados para a transição da dependência para a soberania alimentar.

Abordagem territorial, produção e abastecimento alimentar: da segurança à soberania alimentar

Menos que a constituição de uma nova teoria, a emergência da abordagem territorial traz à tona a necessidade de pensar uma escala específica do desenvolvimento, local/regional, na qual a análise dicotômica do rural e do urbano é substituída por um enfoque eminentemente integrado e relacional, que envolve ambos

os polos a partir das suas relações de complementaridade e interdependência (FAVARETO, 2006).

Ao discutir o “mundo rural” e a relação entre cidade e campo, Wanderley (2009) defende que as relações entre o rural e o urbano não podem ser entendidas como oposição ou antagonismo, pelo fato de se inscreverem num espaço comum, com relações indissociáveis de existência. A produção de alimentos para a população urbana compõe, nesse sentido, um exemplo particularmente ilustrativo daquilo que a autora denomina como *serviço de proximidade*, posto que:

Se para os moradores da cidade, tal serviço de proximidade é o meio que lhes assegura uma qualidade saudável dos alimentos que consome, para os do campo, a existência desta economia de proximidade é, frequentemente, o esteio para sua permanência no campo e sua afirmação identitária (WANDERLEY, 2009, p. 73).

É nesse sentido que pensamos a produção e o abastecimento alimentar à luz das propostas derivadas da soberania alimentar, em uma perspectiva de abordagem territorial do desenvolvimento rural. Enquanto na segurança alimentar os alimentos são deslocados por grandes distâncias, sujeitos a múltiplos atravessadores e, assim, sintonizados aos conteúdos de uma abordagem na qual o rural e o urbano são separados pelos setores intermediários do capital comercial e industrial, na soberania alimentar a ênfase está na *economia de proximidade*, substrato no qual emergem novas possibilidades de relação entre produção e consumo de alimentos, sobretudo a partir da abordagem territorial sintonizada às escalas local e regional.

Mais que uma reconfiguração dos sistemas agroalimentares, a soberania alimentar coloca luz sobre novas alternativas para a produção e o abastecimento alimentar, de maneira a questionar *quem, quando, onde e como* são produzidos os alimentos. Nesse sentido, experiências como os grupos de compras coletivas têm oferecido exemplos promissores acerca da promoção de dinâmicas econômicas lastreadas em novas conexões com consumidores urbanos. Esses grupos de compra coletiva ativam circuitos de produção e consumo por meio de variadas configurações entre cidade e campo (CINTRÃO, et al., 2015).

Na dimensão institucional, podemos citar como exemplos as políticas de compras governamentais de alimentos para escolas públicas, como no caso do *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE); hospitais, asilos ou distribuição de alimentos para populações em estado de insegurança alimentar, tal qual ocorre no

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); ou ainda o *Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS)*, no qual são contempladas instituições como escolas, hospitais e estabelecimentos prisionais.

Iniciativas da sociedade civil também trazem exemplos de ações com o foco na criação de circuitos curtos para o abastecimento alimentar local/regional. A Rede Ecológica, composta por aproximadamente 230 famílias de consumidores urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, compõe uma experiência ilustrativa. Enquanto espaço de formação de consumidores-cidadãos, a Rede funciona por meio de mecanismos de autogestão de compras coletivas que, devido às relações diretas entre produtores e consumidores, permitem o abastecimento alimentar com qualidade, diversidade e preços acessíveis (CINTRÃO, et al., 2015). Para os agricultores, tal iniciativa assegura o alargamento dos mercados consumidores, possibilitando ainda o incremento da renda derivada da comercialização direta, sem a participação de atravessadores.

Nessa perspectiva, os consumidores são inseridos como agentes ativos na construção de circuitos que lhes asseguram mais autonomia. Por outro lado, os agricultores podem aumentar suas oportunidades de comercialização mediante mecanismos mais justos (CINTRÃO, et al., 2015). Todavia, iniciativas com o foco nos grupos de consumo são ainda pouco expressivas, o que não impede que constituam importantes exemplos no âmbito da promoção de relações de complementaridade e interdependência entre os espaços rural e urbano.

No mesmo diapasão, surgem novas possibilidades de articulação direta entre produção e consumo de alimentos. A esse respeito, podemos destacar as “*cestas agroecológicas*”, produzidas com base em técnicas e processos agroecológicos por famílias do Assentamento Gleba XV de novembro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizada entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista/SP e Rosana/SP.

A “cesta” é composta por um conjunto de alimentos cuja composição é divulgada com antecedência, principalmente por meio da internet, através da utilização de aplicativos de redes sociais, anunciando os tipos, preços e locais de entrega das “cestas” (Foto 1).

Foto 1: Entrega das “cestas” agroecológicas.



Fonte: Trabalho de campo: VALÉRIO, 2019.

Assim, as encomendas são realizadas individualmente, com o pagamento realizado no ato da compra. Entre os tipos de alimentos que compõem a “cesta”, podemos citar: alface, almeirão, couve, berinjela, jiló, limão, beterraba, banana, abobrinha, cheiro verde, salsinha, tomate, feijão e mandioca. Opcionalmente, podem ainda ser adicionados outros itens, tais como café, ovo caipira, queijos, polpas de frutas, doces, biscoitos, mel, pães, dentre outros.

Conseqüentemente, a estratégia das “cestas” agroecológicas amplia as possibilidades de comercialização na forma de venda direta da produção, sem a participação de nenhum tipo de atravessador. Isso assegura, para os pequenos produtores de alimentos, a incorporação da maior parte da renda gerada pelo trabalho no campo, além do aumento da oferta de alimentos saudáveis para a comunidade local/regional, uma vez que são produzidos sem a utilização de nenhum tipo de *veneno*. Igualmente, isso permite aos produtores planejarem com mais segurança o calendário de cultivos durante todo o ano, posto que os produtos terão, assim, mercado assegurado.

Outra importante possibilidade de venda direta de alimentos diz respeito às “feiras agroecológicas” (Foto 2), principalmente àquelas surgidas por iniciativas de movimentos sociais, como o já citado MST. Como o mercado de “certificação” pressupõe o cumprimento de parâmetros e investimentos que na maioria das vezes são inacessíveis aos pequenos agricultores, constituindo “nichos” de mercado para grandes cadeias varejistas, como *Carrefour* e *Walmart*, as feiras agroecológicas locais e

regionais se caracterizam por um tipo de “produção de base agroecológica, *não certificada oficialmente*” (ABREU, et al., 2009, p. 10) (Grifos nossos).

Foto 2: Feira agroecológica dos assentados da Gleba XV de Novembro no município de Presidente Prudente/SP.



Fonte: Trabalho de campo: VALÉRIO, 2018.

Nesses tipos de mercado, a ausência de certificação ou regulamentação não impede o estabelecimento de relações de confiança e comércio justo. Isso se deve ao fato de que os grupos sociais e as comunidades envolvidas (produtores e consumidores) expressam outro tipo de consciência social, manifestada na valorização ampliada que estabelecem com os recursos ambientais e humanos. Além disso, são priorizados outros tipos de relação, referenciados em um modo de vida crítico ao modelo e, principalmente, aos produtos da agricultura convencional (ABREU, et al., 2009).

Outros tipos de estratégias de aproximação entre produtores e consumidores, encontradas na maioria dos municípios brasileiros, como as vendas diretas de bairro em bairro com a utilização de recursos de transporte (carro com engate, caminhonete, veículos utilitários, carroças de tração animal, entre outros), reforçam o arcabouço de possibilidades que despontam a partir da aproximação entre os extremos da

alimentação. Nesse exemplo, o produtor leva os seus produtos semanalmente para a comercialização em pontos específicos da cidade, de maneira a estabelecer um dia da semana para cada bairro, normalmente nas esquinas das ruas com maior número de consumidores, conforme verificado no município de Presidente Prudente/SP (Foto 3).

Foto 3: Venda de hortaliças na área urbana do município de Presidente Prudente/SP



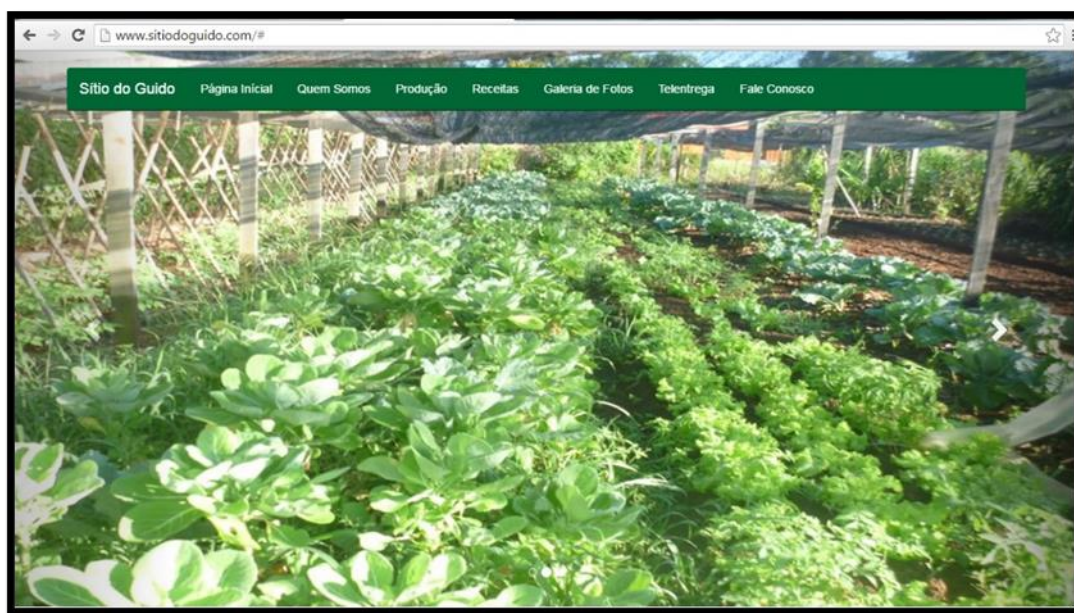
Fonte: Trabalho de campo: VALÉRIO, 2017.

As vendas por meio da *internet* apontam caminhos ainda em fase inicial, porém, com grande potencial de geração de renda e fortalecimento da família no campo. Para os consumidores, isso implica na diversificação da oferta e no aumento da qualidade dos alimentos, mais frescos pela redução do circuito produção-consumo. Ao se apropriarem dos recursos técnico-científicos-informacionais (SANTOS, 2002) como estratégia de diversificação da demanda e consolidação dos mercados de proximidade, os agricultores abrem, em conjunto com os consumidores urbanos, caminhos promissores para a construção de novas formas de relação entre o urbano e o rural, sem a passagem pelo crivo dos atravessadores.

Um exemplo particularmente ilustrativo é o Sítio do Guido (Figura 1), localizado no município de Gravataí/RS. Com a comercialização iniciada a partir do ano

de 2007, o Sítio do Guido é um dos pioneiros no “sistema de produção e comercialização de orgânicos” (SÍTIO DO GUIDO, 2020). Atualmente, para os consumidores localizados na área de abrangência do Sítio, os produtos podem ser comprados via *internet*, diretamente na página do Sítio. Para isso, basta o consumidor preencher os dados de cadastro e selecionar os itens a serem comprados em uma lista de hortaliças, na qual podem ser adquiridas: alface, abóbora, agrião, batata, brócolis, beterraba, espinafre, ovos, repolho, rúcula, entre outras.

Figura 1: Página do “Sítio do Guido” na *internet*



Fonte: Sítio do Guido, 2020.

Além disso, uma das mais antigas estratégias de comercialização direta de produtos alimentícios, a feira-livre, permanece e se afirma. Se por um lado os atravessadores compõem parte substancial das vendas de gêneros alimentícios nas atuais feiras-livres, por outro elas continuam abertas às relações de proximidade, conforme constatado em Valério (2008, 2011, 2015 e 2019). Nesses estudos foi verificado que entre 40% e 80% das barracas das feiras-livres são dedicadas à comercialização de alimentos hortifrúti. Não obstante, quando consideramos o número de produtores comercializando seus produtos diretamente na feira-livre, verificamos que entre 20% e 60% das barracas dedicadas à venda de hortifrúti comercializam produtos produzidos nos seus próprios estabelecimentos.

Essas e outras estratégias de proximidade compõem parte de um amplo arcabouço que se abre com a valorização dos recursos e potenciais locais na produção e abastecimento alimentar, passíveis de serem analisados a partir do binômio abordagem territorial e soberania alimentar. Tanto no âmbito das políticas públicas, das quais são ilustrativos os Programas oficiais de incentivo à produção local de alimentos (PAA, PNAE e PPAIS), como na dimensão das mais variadas iniciativas da sociedade civil, as relações de proximidade trazem em si a possibilidade de superação das amarras do mercado capitalista, de maneira a vislumbrar uma relação na qual produtores e consumidores se encontram na realização da escala da soberania e não da dependência.

Nesse âmbito, os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar descrevem diferentes sistemas de produção e distribuição de alimentos, responsáveis por articular formas específicas de relação entre o rural e o urbano. Quando se leva em conta a práxis da segurança e da soberania alimentar, avultam diferentes conteúdos, tanto em termos de apropriação da renda gerada pela produção de alimentos no campo, quanto em relação à qualidade e acessibilidade dos alimentos para os consumidores das cidades.

Referenciada na segurança alimentar, a produção de alimentos se realiza com base em técnicas e processos da agricultura capitalista, com intensa utilização de máquinas, equipamentos e insumos industrializados, o que drena parte importante da renda gerada para setores do capital industrial.

Por outro lado, a segurança alimentar projeta a produção de grandes quantidades de poucos tipos de cultivo, o que deixa os produtores reféns dos atravessadores para a realização da sua produção. É neste momento que o capital comercial e industrial se aproveita da separação entre produtores e consumidores para cobrar pelo encontro entre ambos, rebaixando os preços de compra (no campo) e maximizando os preços de venda (para os consumidores das cidades), o que materializa a apropriação de outra parte da renda gerada pela produção de alimentos.

Na segurança alimentar (abastecimento via generalização do movimento dos alimentos no espaço), a alimentação, entendida como encontro entre produção e consumo de alimentos, pressupõe distâncias cada vez maiores para se realizar. Com isso, impõe-se a tendência de aumento dos preços para os consumidores e, por

consequente, de redução do acesso aos alimentos, sobretudo para as famílias de menor poder aquisitivo.

Já a soberania alimentar implica na produção de alimentos com base em técnicas e processos alternativos, assentados na agroecologia e no comércio justo. Como a maior parte dos insumos utilizados (fertilizantes naturais, compostagens, caldas, mudas, sementes crioulas, etc.) tende a ser produzida no próprio estabelecimento, a prática da agroecologia elimina a maioria dos gastos com insumos industrializados, permitindo uma maior incorporação da renda gerada por parte dos produtores de alimentos.

Na soberania alimentar, a escala de produção articula quantidade e diversidade, substrato para a construção de estratégias de compatibilização com as demandas local e regional. Quanto menor a diversidade e maior a quantidade individual por cultivo, maior a dependência dos produtores de alimentos em relação aos baixos preços pagos pelos atravessadores, uma vez que os mercados local e regional demandam maior diversidade e pequenas escalas de produção.

Na dimensão do movimento dos alimentos no espaço, enquanto a segurança alimentar se realiza na progressiva separação e no distanciamento entre a cidade e o campo, a soberania alimentar busca aproximar produtores e consumidores na escala local/regional, de maneira a promover o encontro entre sujeitos que, para além de interesses meramente comerciais, têm como prioridade o fortalecimento de relações reciprocamente vantajosas.

Considerações finais

Cidade e campo, mais que fronteiras ou níveis de separação, trazem em si a expressão de diferentes formas de produção do espaço que, em que pesem as suas particularidades, expressam uma totalidade *indissociável*. Síntese do rural-urbano em uma concepção ampla, o abastecimento alimentar, quando considerado a partir dos sujeitos locais (agricultores e consumidores), faz surgirem possibilidades de ruptura com a lógica dominante. Abordagem territorial e soberania alimentar se encontram, assim, na construção de alternativas para o desenvolvimento nas escalas local e regional.

Se hoje a hegemonia do sistema de produção e abastecimento alimentar referenciado na ativação de redes de transporte em grandes escalas (segurança

alimentar) deixa reféns tanto os produtores no campo quanto os consumidores na cidade, devido à atuação dos atravessadores do capital comercial e industrial, o futuro pode, a partir dos exemplos que começam a despontar (tanto na esfera pública quanto privada), oferecer alternativas para a construção da escala do encontro e da soberania e não da separação e da dependência.

Da segurança à soberania alimentar, avultam distintas propostas de produção e abastecimento. Enquanto na primeira o rural e o urbano constituem partes separadas por grandes distâncias, cujo encontro depende da mediação dos atravessadores, na segunda as relações têm por prioridade a aproximação entre os extremos da alimentação (produtores e consumidores), em uma concepção de complementaridade, interdependência e reciprocidade.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP), pelo apoio financeiro que permitiu a realização da pesquisa que fundamentou a elaboração do presente artigo.

Referências

ABREU, L. S. de; KLEDAL, P. R.; PETTAN, K. B.; RABELLO, F.; MENDES, S. C. Desenvolvimento e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no estado de São Paulo. **Embrapa Meio Ambiente**, 2009. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/577408/desenvolvimento-e-situacao-atual-da-agricultura-de-base-ecologica-no-brasil-e-no-estado-de-sao-paulo> . Acesso em: 14 abr. 2023.

ALVES, F. D. A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria/RS, v. 16, n. 3, p. 07-18. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5902/223649947570>

CINTRÃO, B. et al. Compras coletivas e a formação de consumidores-cidadãos: a experiência da Rede Ecológica do Rio de Janeiro. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 09-14. 2015. Disponível em: <<http://aspta.org.br/article/compras-coletivas-e-a-formacao-de-consumidores-cidadaos-a-experiencia-da-rede-ecologica-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

ESTEVE, V. E. **O negócio da comida**. Quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

- FAVARETO, A. da S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão** – do agrário ao territorial. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991 [1974].
- MENEZES, F. O conceito de segurança alimentar. São Paulo, **Actionaid**, 1998. Não paginado. Disponível em: <<https://amar-brazil.pagesperso-orange.fr/documents/secual/san.htm#:~:text=A%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutriciona,para%20uma%20exist%C3%Aancia%20digna%2C%20em>>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 05-64, 2010. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT51012048>
- OLIVEIRA, R. O. de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 12, p. 07-15. 2002.
- PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
- SÍTIO DO GUIDO. (2020). Disponível em: <<http://www.sitiodoguido.com/>>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- SOUZA, S. T. Relação Campo-cidade: em busca de uma tentativa dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: CEI, p. 195-208, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, n. 87).
- STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberanía alimentaria: una necesidad de los pueblos. In: ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy). **¡Movimientos alimentarios uníos!** Estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios, Bogotá: Colección en clave de sur, 2013.
- VALE, A. R. do. A delimitação rural/urbano, as relações cidade-campo e a nova ruralidade: reflexões sobre o espaço rural brasileiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2005. p. 16015-16027.

VALÉRIO, V. J. de O. A agricultura familiar na feira-livre do município de Pacaembu/SP: Possibilidades e realidades na construção de territórios da resistência camponesa. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 20., 2008, São José dos Campos/SP. **Anais...** 2008.

VALÉRIO, V. J. de O. **Alimentar ou ser alimentado?** A expansão da agroindústria canavieira e a soberania alimentar em Flórida Paulista/SP. 2011. 123 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

VALÉRIO, V. J. de O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania:** expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

VALÉRIO, V. J. de O. **Agonia da comida:** da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrúteis no estado de São Paulo (2006-2017). 2019. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) Presidente Prudente/SP.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land.** Rome: Via Campesina, 1996. Disponível em: <http://safsc.org.za/wp-content/uploads/2015/09/1996-Declaration-of-Food-Sovereignty.pdf> . Acesso em: 08 nov. 2020.

WANDERLEY, M. de N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 60-85. 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **Food security:** definition glossary. [2020]. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/glossary_e/food_security_e.htm>. Acesso em: 07 fev. 2015.

Recebido em 17/09/2022.

Aceito para publicação em 17/03/2023.